

CURUÁ ENERGIA S.A.

CNPJ nº 05.215.888/0001-01

Demonstrações Contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

Manifestação da Administração: Os membros do Conselho de Administração da **Curuá Energia S.A.**, com sede na BR 163, s/nº, KM 877, Cachoeira da Serra, no município de Altamira-PA, no uso das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Balanço Patrimonial, a demonstração do Resultado do Exercício, e a Demonstração das Mutações do patrimônio Líquido e a Demonstração dos fluxos de caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e considerando o parecer dos Auditores Independentes, aprovam os referidos documentos, autorizam a publicação das referidas demonstrações contábeis na forma da lei e propõe sua aprovação por parte dos Acionistas da Companhia. **Edmundo José Rodrigues Neto** - Presidente do Conselho de Administração. **Fernando Antonio Bertin** - Vice-Presidente do Conselho de Administração. **Ana Paula Gil Dias** - Conselheira. **Silmar Roberto Bertin** - Conselheiro.

Balanços patrimoniais						Demonstrações dos fluxos de caixa					
Ativo	Notas	2023	2022	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2023	2022	Notas	2023	2022	
Circulante		5.548	8.610	Circulante		3.035	5.659		45.777	43.698	
Caixa e equivalentes de caixa	4	2	1	Fornecedores		1.614	1.476				
Contas a receber	5	3.791	7.469	Obrigações trabalhistas		575	634				
Adiantamentos a fornecedores		1.720	1.121	Obrigações tributárias		846	3.549		6.985	6.983	
Outras contas a receber		35	19	Não circulante		9.386	18.754		29	42	
Não circulante		292.551	255.704	Obrigações tributárias		-	49		52.791	50.723	
Partes relacionadas	6	177.133	150.274	Partes relacionadas	6	1.623	10.523				
Impostos a recuperar			459	Contingências	9	7.763	8.182				
Depósitos judiciais	7	25.375	8.881	Patrimônio líquido		285.678	239.901				
Imobilizado	8	89.584	96.091	Capital social	10.a	9.066	9.066				
Total do ativo		298.099	264.314	Reserva de lucros	10.b	276.612	230.835				
				Total do passivo		298.099	264.314				

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido						Reserva de lucros					
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Reserva de incentivos fiscais	Lucros ou prejuízos acumulados	Total					
Saldos em 1º de janeiro de 2022	9.066	1.813	4.734	180.590	-	196.203					
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	43.698	43.698					
Constituição de reserva de lucros	-	-	43.698	-	(43.698)	-					
Saldos em 31 de dezembro de 2022	9.066	1.813	48.432	180.590	-	239.901					
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	45.777	45.777					
Constituição de reserva de lucros	-	-	45.777	-	(45.777)	-					
Saldos em 31 de dezembro de 2023	9.066	1.813	94.209	180.590	-	285.678					

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis					
1. Contexto operacional: A Curuá Energia S.A. foi constituída em julho de 2002, tendo como objeto social a exploração de concessão de serviços públicos e privados de transmissão relativos à linha de energia elétrica e instalação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), à prestação de serviços públicos ou privados na área de energia elétrica e serviços acessórios ou correlatos, podendo administrar e/ou incorporar outros sistemas de energia, prestar serviços técnicos de sua especialidade e praticar os demais atos à concessão de seu objetivo. Além disso, a Companhia tem como objeto social também a participação em outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista, bem como a administração de bens próprios. A pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Salto do Curuá, localizada na foz da represa de Altamira - PA, Km 877 da BR 163, distrito de Cachoeira da Serra, s/n, tem como atividades a transmissão e a comercialização de energia elétrica, e possui capacidade de produção de 30 MW, sendo 4 Unidades Geradoras de 7,5 MW cada. Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia (MME). A Companhia teve sua autorização junto a ANEEL em 6 de agosto de 2002, com prazo de 30 anos, podendo ser renovado automaticamente por mais 30 anos. 2. Apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). As presenças demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 12 de abril de 2024. 2.2. Base de mensuração: As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras, que são mensuradas pelo valor justo por meio do resultado. 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 2.4. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que exigem que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetem a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos afetados. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 5: Contas a receber; • Nota Explicativa nº 8: Imobilizado; • Nota Explicativa nº 9: Contingências; 3. Principais práticas contábeis adotadas: As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida. O saldo utilizado de contas garantidas inclui-se em empréstimos no passivo circulante. 3.2. Ativos financeiros: a) Classificação: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado abrangente ("FVOCI"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("FVTPL"). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros com valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançar tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descaimento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo. b) Reconhecimento e mensuração: As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração. c) Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado: A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou Grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por <i>impairment</i> incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. d) Desreconhecimento de ativos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um Grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo. 3.3. Passivos financeiros: a) Reconhecimento e mensuração: Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem fornecedores, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. b) Mensuração subsequente: Após o					

reconhecimento inicial, fornecedores são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. **c) Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos. **d) Desreconhecimento de passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado. **3.4. Contas a receber:** As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da Provisão para perdas de créditos esperadas. A Provisão para perdas de créditos esperadas é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. **3.5. Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Os itens de ativo imobilizado são mensurados ao custo menos as depreciações acumuladas e provisões ao valor recuperável do ativo, quando aplicável. Os custos de itens registrados no ativo imobilizado incluem todos aqueles que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou formação do ativo. Os custos de ativos construídos pela própria Companhia incluem o custo de materiais e de salários de funcionários diretamente envolvidos no projeto em construção ou formação destes ativos, assim como quaisquer outros custos diretamente atribuíveis a este ativo até que este esteja em condições de ser utilizado para seus fins. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 8. Os terrenos não são depreciados. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. As vidas úteis estimadas são as seguintes: **• Reservatórios e barragens:** 25 anos; **• Edificações:** 60 anos; **• Máquinas e equipamentos:** de 10 a 33 anos; **• Móveis e utensílios:** 10 anos; **• Aeronaves:** 10 anos; **• Veículos:** 5 anos; **• Equipamentos de segurança:** 5 anos; **• Embarcações e flutuantes:** 10 anos. A Administração não procedeu com a revisão de vida útil de seus ativos imobilizados para o período de 31 de dezembro de 2023 por julgar estar adequada as taxas de depreciação a sua utilização dos bens. **3.6. Redução ao valor recuperável de ativos:** O imobilizado e outros ativos não circulantes são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. **3.7. Provisões:** As provisões são reconhecidas para passivos de termo ou incerto que surgiram como resultado de transações passadas. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 e consideram premissas definidas pela Administração da Companhia e seus assessores jurídicos: **• Ativos contingentes:** trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações financeiras apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização (Classificação de Risco "Praticamente Certo"), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível; **• Passivos contingentes:** decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades, movidos por terceiros, em ações trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são divulgadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor. Os depósitos judiciais em garantia, quando existentes, são atualizados monetariamente de acordo com os índices oficiais dos tribunais de justiça. **3.8. Passivo circulante e não circulante:** São demonstrados pelos valores contábeis ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais, incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados pelo seu valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. **3.9. Receita:** A receita de fornecimento de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). **3.10. Resultado financeiro líquido:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor presente de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos. O resultado financeiro líquido inclui principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros sobre atraso de clientes, despesas com juros sobre financiamentos, ganhos e perdas com avaliação a valor justo de acordo com a classificação do título, além das variações monetárias e cambiais líquidas. **3.11. Imposto de Renda e Contribuição Social:** A Companhia apura o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o lucro conforme o regime de tributação de lucro presumido, os cálculos do exercício corrente são realizados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e

Demonstrações do resultado	Notas	2023	2022
Receita líquida	11	71.793	66.964
Custos de operação	12	(10.847)	(12.678)
Lucro bruto		60.946	54.286
Despesas e receitas operacionais			
Despesas administrativas	13	(11.039)	(8.446)
Outras despesas líquidas		(1.866)	(290)
		(12.905)	(8.736)
Lucro antes do resultado financeiro líquido		48.041	45.550
Resultado financeiro líquido		37	469
Lucros antes do imposto de renda e da contribuição social		48.078	46.019
Imposto de renda e contribuição social - corrente		(2.301)	(2.321)
		(2.301)	(2.321)
Lucro líquido do exercício		45.777	43.698
Lucro líquido por ação (Em R\$)		5,05	4,82

Demonstrações do resultado abrangente	2023	2022
Lucro líquido do exercício	45.777	43.698
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	45.777	43.698
Total do resultado abrangente atribuível aos:		
Acionistas	45.777	43.698
	45.777	43.698

contribuição social compreende os impostos correntes. Os impostos correntes são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. **3.12. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **a) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 "Contratos de seguros":** A IFRS 17 foi emitida pelo IASB em 2017 e substitui a IFRS 4 para o período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2023. A IFRS 17 introduz uma abordagem internacionalmente consistente para a contabilização de contratos de seguro. Antes da IFRS 17, existia uma diversidade significativa em todo o mundo em relação à contabilização e divulgação de contratos de seguros. Dado que a IFRS 17 se aplica a todos os contratos de seguro emitidos por uma companhia (com exclusões de âmbito limitado), a sua adoção pode ter um efeito em não seguradoras, como a Companhia. A Companhia efetuou uma avaliação dos seus contratos e operações e concluiu que a adoção da IFRS 17 não teve qualquer efeito nas suas demonstrações contábeis anuais. **b) Alteração na norma IAS 1/CPC 26 "Apresentação das demonstrações contábeis":** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar "práticas contábeis significativas" por "políticas contábeis materiais". As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação. **c) Alteração na norma IAS 8/ CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros:** As alterações à IAS 8, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarece que os efeitos de uma alteração em informação ou técnica de mensuração são alterações nas estimativas contábeis, a menos que resultem da correção de erros de períodos anteriores. Estas alterações esclarecem a forma como as empresas fazem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis, alterações na política contábil e erros de períodos anteriores. **3.13. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2023:** Para as seguintes normas ou alterações, a Administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: **a) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2):** acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfizem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024; **b) Alterações na norma IAS 1/CPC 26:** esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024; **c) Alterações na norma IAS 1/CPC 26:** esclarece que apenas *covenants* a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório afetam o direito de uma companhia de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024; **d) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/ CPC 40 (R1):** esclarece que uma companhia deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da companhia - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024; **e) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2):** exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que são emitidas pelo IASB. **4. Caixa e equivalentes de caixa:**

	2023	2022
Aplicações financeiras	2	1
	2	1

As aplicações financeiras referem-se a CDB/RDB DI remuneradas por taxas variáveis de 10% a 99,25% do CDI e possuem liquidez imediata com uma mudança insignificante em relação ao valor registrado. Essas aplicações estão classificadas como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

	2023	2022
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	1.910	1.750
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA	1.881	5.719
	3.791	7.469

8. Imobilizado:						
Descrição	Taxa anual depreciação	Custo inicial	Adições	Transferência	Baixas	Depreciação acumulada
Usinas						
Reservatórios e barragens	4%	216	-	-	-	(64)
Edificações e obras civis	4%	129.120	-	-	-	(78.634)
Máquinas e equipamentos	3%	32.859	467	-	-	(12.795)
Móveis e utensílios	10%	15	-	1	-	(13)
Rede básica						
Edificações e obras civis	4%	27.925	-	-	-	(10.708)
Máquinas e equipamentos	3%	1.359	-	-	-	(617)
Móveis e utensílios	10%	1	-	(1)	-	-
Administração central						
Aeronaves	10%	658	-	-	-	(595)
Embarcações e flutuantes	10%	7	-	-	-	(7)
Equipamento segurança	20%	250	-	-	-	(247)
Máquinas e equipamentos	10%	3.190	-	-	-	(3.037)
Móveis e utensílios	10%	276	-	-	-	(273)
Veículos	20%	37	11	-	-	(37)
Terrenos	-	220	-	-	-	220
		196.133	478	-	-	(107.027)

Descrição	Taxa anual depreciação	Custo inicial	Adições	Transferência	Baixas	Depreciação acumulada	Líquido
Usinas							
Reservatórios e barragens	4%	216	-	-	-	(59)	157
Edificações e obras civis	4%	129.120	-	-	-	(73.458)	55.662
Máquinas e equipamentos	3%	32.000	859	-	-	(11.804)	21.055
Móveis e utensílios	10%	15	-	-	-	(11)	4
Rede básica							
Edificações e obras civis	4%	27.925	-	-	-	(10.009)	17.916
Máquinas e equipamentos	3%	1.359	-	-	-	(576)	783
Móveis e utensílios	10%	1	-	-	-	-	1
Administração central							
Aeronaves	10%	658	-	-	-	(571)	87
Embarcações e flutuantes	10%	7	-	-	-	(7)	-
Equipamento segurança	20%	250	-	-	-	(245)	5
Máquinas e equipamentos	10%	3.163	27	-	-	(2.999)	191
Móveis e utensílios	10%	276	-	-	-	(262)	14
Veículos	20%	37	-	-	-	(41)	4
Terrenos	-	220	-	-	-	-	220
		195.247	886	-	-	(100.042)	96.091

9. Contingências:	2023	2022
Ações cíveis	7.123	5.540
Ações tributárias	640	2.642
	7.763	8.182

Movimentação	Trabalhista	Cível	Tributária	Total
31 de dezembro de 2022	-	5.540	2.642	8.182
(+) Adição	-	1.583	-	1.583
(-) Reversão	-	-	(2.002)	(2.002)
31 de dezembro de 2023	-	7.123	640	7.763

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de

Parâmetro de Capitalização de Energia Elétrica - CCEE Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA. A Companhia utiliza como critério de mensuração da provisão para perdas de créditos esperadas, o histórico de títulos vencidos, conforme determinação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Em 31 de dezembro de 2023 não há títulos a serem provisionados.				
	2023		2022	
Descrição	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Aegea Investimentos S.A.	-	26	-	26
Brazil Central Engenharia Ltda.	-	1.576	-	1.576
Buriti Energia S.A.	50.959	-	50.691	-
Edilson Lobão Filho	1.050	-	1.050	-
Eletrificação Paranaense S.A.	16.109	10	16.109	10
Fábrica de Cimento de Noronha Sampaio	717	-	717	-
Fernando Antônio Bertin	3.677	-	3.677	-
Filadelfo dos Reis Dias	3.616	-	3.616	-
Illuminatti com. Energia Elétrica Ltda.	5	-	5	-
Lerans Energia Ltda.	15.747	-	15.748	-
Luiz Carlos Gradelia	13	-	12	-
Mafe Energia e Participações S.A.	55.561	-	28.970	8.900
Mara Daisy Dias	9.679	11	9.679	11
Gaia Energia e Participação	20.000	-	20.000	-

2022, requerendo o cumprimento da sentença, solicitando a penhora integralmente dos valores líquidos (faturamento bruto menos despesas com PIS e COFINS) recebidos mensalmente que a Curuá possui junto à empresa Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. (antiga Centrais Elétricas do Pará S.A. CELPA), Nota Explicativa nº 7, proporcionalmente até que se alcance o limite do montante da sentença no valor de R\$ 67.824, deferida pelo juiz da 18ª Vara Cível da Comarca de São Paulo. A administração recorreu da decisão e obteve decisão favorável quanto a mudança no valor a ser penhorado mensalmente, reduzindo o valor da penhora de 100%, para 30% do seu faturamento líquido junto à Equatorial..

10. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 2023 é de R\$ 9.066 (em 2022, o mesmo valor).

	2023	2022
Reserva legal	1.813	1.813
Reserva de incentivos fiscais	180.590	180.590
Reserva de lucros	94.209	48.432
	276.612	230.835

Reserva de incentivos fiscais: Conforme Resolução Normativa nº 427/2011 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a reserva de incentivo fiscal que perfaz em R\$ 180.590 em 2023 (em 2022, o mesmo valor), trata-se de reserva de recursos referente a repasses recebidos pela Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, para geração de energia elétrica nos sistemas isolados, conforme estabelecido pela Resolução Autorizativa nº 322/2005 do Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia tem a obrigatoriedade de constituir o montante de R\$ 180.590 de reservas de incentivos fiscais, correspondente ao total de repasses recebidos pela Conta de Consumo de Combustíveis - CCC entre setembro de 2008 e setembro de 2015, podendo utilizar o saldo desta reserva para compensar prejuízos, que foi realizado pela Companhia, permanecendo a obrigação de reconstituir o saldo de reserva em resultados subsequentes, conforme disposto na Lei nº 12.973/14 (artigo 30).

11. Receita líquida:	2023	2022
Fornecimento	74.481	69.366
Outras receitas	31	130
(-) PIS	(484)	(451)
(-) COFINS	(2.235)	(2.081)
	71.793	66.964

12. Custos de operação:	2023	2022
Geração		
Custo de Operação	(2.814)	(4.720)
Operações com energia elétrica	(1.120)	(1.065)
Depreciação	(6.173)	(6.153)
	(10.107)	(11.938)
Transmissão		
Depreciação	(740)	(740)
	(740)	(740)
	(10.847)	(12.678)
13. Despesas administrativas:	2023	2022
Pro-labore	(280)	(262)
Salários e encargos	(1.049)	(998)
Despesas com provisões	(29)	(42)
Despesas judiciais	(41)	(55)
Despesas com depreciação	(75)	(89)
Despesas tributárias	(1.017)	(463)
Serviços prestados - PJ	(7.440)	(4.828)
Outras despesas	(1.108)	(1.709)
	(11.039)	(8.446)

14. Instrumentos financeiros: Gerenciamento dos riscos financeiros: Visão geral: A Companhia está exposta aos seguintes riscos: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco de taxa de juros. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital. **Estrutura do gerenciamento de risco:** A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falta destes em cumprir com suas obrigações contratuais. **Exposição ao risco de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	2023	2022
Caixa equivalentes de caixa	2	1
Contas a receber e outros recebíveis	5.546	8.609
	5.548	8.610

Caixa e equivalentes de caixa: O caixa e equivalentes de caixa são mantidos por bancos e instituições financeiras, os quais são consideradas de primeira linha. **Contas a receber e outros recebíveis:** A Companhia não identificou necessidade de constituição de perdas esperadas no recebimento de créditos para o exercício final em 31 de dezembro de 2023. A Companhia acredita que nenhuma provisão será necessária com relação a contas a receber não vencido. O saldo dos recebíveis na data das demonstrações contábeis para os quais não foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável era de R\$ 3.791. A realização do crédito de contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela diretoria. O contato a receber de clientes é relacionado apenas a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e a Centrais Elétricas do Pará (CELPA), a Companhia considera o estágio dos procedimentos internos e externos de cobrança para estimar uma provisão perdas de créditos esperada em contrapartida ao resultado para tais títulos, o que normalmente ocorre para títulos sem expectativa de recebimento, sendo feita uma análise individual dos títulos, conforme metodologia revisada pela Administração. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez decorre das decisões da administração da Companhia, do capital de giro e dos encargos financeiros e amortização principal dos instrumentos de dívida. É o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com suas obrigações financeiras conforme elas vençam. A Companhia acompanha o risco de liquidez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente, analisando e projetando as entradas e saídas de recursos de curto prazo, avaliando sempre novas formas de financiamento caso ocorram erros nas projeções desses recursos de giro. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Risco de taxa de juros:** Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo CDI - Certificado de Depósito Interbancário e TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo. **Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, bem como otimizar a estrutura de capital com

foco na manutenção de indicadores monitorados pela Gerência Financeira e Administração. A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2023	2022
Ativo circulante	5.548	8.610
Passivo circulante	3.034	6.569
Índice de liquidez	1,83	1,52
Resultado do período	45.777	43.698
Patrimônio líquido	285.678	239.901
RPL (retorno sobre o patrimônio líquido)	0,16	0,18
Resultado do período	45.777	43.698
Ativo total	298.099	264.314
RAT (retorno sobre o ativo total)	0,15	0,17
GAF (grau de alavancagem financeira) RPL/RAT	1,04	1,10

Aspectos ambientais: As instalações da Companhia e suas atividades estão sujeitas a regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais por procedimentos operacionais e controles. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor. **15. Seguros (não auditado):** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes. **16. Eventos subsequentes: Plenário aprova Medida Provisória nº 1185/23 relacionado ao crédito fiscal de subvenção para implantação e/ou expansão de empreendimento econômico:** Em 15 de dezembro de 2023, o Plenário aprovou a Medida Provisória (MP) nº 1185/23, que foi convertida em lei pela Lei Ordinária nº 14.789/23, que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico. Até 31 de dezembro de 2023, as subvenções recebidas pela Companhia, independentemente de sua natureza (custeio ou investimento) não eram objeto de tributação, ou seja, não incorporavam a base de cálculo dos impostos federais. A partir de 01 de janeiro de 2024, o benefício foi excluído para os contribuintes que recebem subvenção para pagar despesas do dia a dia (custeio). Para os que utilizam o benefício para construir ou ampliar uma fábrica (investimento) será concedido um crédito tributário equivalente à aplicação da alíquota de IRPJ sobre as subvenções recebidas, ou seja, o imposto precisará ser pago e compensado posteriormente com outros tributos da empresa. Haverá também a possibilidade de, após o investimento ser finalizado, pleitear-se a restituição dos valores em dinheiro. A Companhia ainda está avaliando potenciais impactos nas suas operações a partir de 01 de janeiro de 2024.

Diretoria		Contador	
Andre Gustavo Azevedo Gomes - Diretor Superintendente - RG 1121565 SSP/DF - CPF 584.838.101-15		Devanildo Forato- CRC 185361/O-0S-PA - CPF 097.167.768-96	
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis			
Aos Acionistas e Administradores da Curuá Energia S.A. - Altamira - PA. Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da Curuá Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos não conhecido do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Curuá Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis: Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6, a Companhia realizou transações significativas com partes relacionadas. Entre essas operações, há contratos cujos pagamentos são condicionados a quitação do principal e a sobre de fluxo de caixa. Não foi apresentado o fluxo de caixa projetado e os encargos financeiros, o que nos impossibilitou de avaliar, no momento, a sobre de caixa para pagamento da remuneração pactuada, bem como mensurar respectiva incidência dos juros e correções, atrelados a condição suspensiva no contrato, bem como avaliar os possíveis reflexos tributários dessas transações. Dessa forma ficamos limitados de concluir sobre os possíveis efeitos originados dessa transação nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformida-		divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.	
de com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Curuá Energia S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. Enfase: Por Decisão judicial, a Companhia tornou-se parte solidária em ação de cobrança judicial movida pela empresa MB Service Engenharia e Representação Ltda., conforme processo 0190221-14.2012.8.26.0100, para o qual foi proferida decisão judicial de penhora de 30% do faturamento líquido das partes solidárias até que se alcance o limite de R\$ 67.824, sendo que deste montante encontra-se registrado como provisão de perda na contabilidade o montante de R\$ 3.623, conforme julgamento dos seus assessores jurídicos. (Nota Explicativa nº 9) Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para		evitar o encerramento das operações. Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas	
		Campo Grande, 12 de abril de 2024	
		BDO	
		BDO RCS Auditores Independentes SS	
		CRC 2 SP 013846/O-1-S - PA	
		José Martins Alves	
		Contador	
		CRC 1 MS 9938/O-0-S - PA	

CURUCA pdf

Código do documento 37c31c08-b412-4454-b8f6-652ce283fc3e



Assinaturas



Antonio Erbeth
antonio.erbeth@oliberal.com.br
Assinou



Eventos do documento

23 May 2024, 08:12:22

Documento 37c31c08-b412-4454-b8f6-652ce283fc3e **criado** por ANTONIO ERBETH (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd). Email: antonio.erbeth@oliberal.com.br. - DATE_ATOM: 2024-05-23T08:12:22-03:00

23 May 2024, 08:12:29

Assinaturas **iniciadas** por ANTONIO ERBETH (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd). Email: antonio.erbeth@oliberal.com.br. - DATE_ATOM: 2024-05-23T08:12:29-03:00

23 May 2024, 08:12:36

ANTONIO ERBETH **Assinou** (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd) - Email: antonio.erbeth@oliberal.com.br - IP: 177.105.192.2 (blockbit-utm.libnet.com.br porta: 61870) - **Geolocalização: -1.4221312 -48.4671488** - Documento de identificação informado: 571.969.823-04 - DATE_ATOM: 2024-05-23T08:12:36-03:00

Hash do documento original

(SHA256): 742f9302df5f3dd9e48b3332d0c63d8f8ab388c2e1ee88f81d86480983ae81fb

(SHA512): e12a4ab84bcd4d6c0f0e2d4579c0184105e4b5282fa31a8c7c98864aaa66eedb826348292f87126741675286ad5b59b17bbdbdded0581c0356d337238d49e1b1

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign